

Comunicação ao Encontro Local Sobre Educação

«Como vamos melhorar a educação nos próximos anos?»

Educação e cidadania

Eu gostaria de trazer para este nobre e preclaro encontro uma tese e uma hipótese. Mais do que uma tese académica, uma conjectura, um cenário, uma posição. Admitamos a seguinte hipótese: consideremos que um conjunto aleatório de indivíduos se dispõe a raciocinar sem quaisquer condicionalismos prévios, sem doutrinas e ideologias, sem interesses pessoais, sem finalidades empíricas, maximamente inocentes. Deixaram à porta as diferenças de classe, de rendimentos, de profissões, de estatuto. O tema que os reúne, o único motivo e interesse que os junta, não é, sequer, criarem uma qualquer forma de associação, mas postularem um Princípio, um ponto de partida, uma espécie de «cogito, ergo sum». Na medida em que se encontram num estado de inocência original, desejam evidentemente o melhor para eles e para os outros, pois que o melhor para eles todos é necessariamente o melhor para os outros. E querem o melhor porque estão em pé de igualdade, na mesma circunstância, com a mesma boa vontade, com a mesma intenção; raciocinam sem condicionalismos e interesses inconfessáveis, ou subconscientes, ou particulares. É o Geral, o universal, que buscam. Esse conjunto de indivíduos não são «bons selvagens», são indivíduos que sabem o máximo que podem saber sobre as circunstâncias empíricas, históricas, sociais, culturais, mas decidiram ignorá-las, ou melhor, decidiram suspender o contexto para encontrarem o essencial, a melhor educação, para a melhor das sociedades possíveis. É o princípio da justiça, e é, ao mesmo tempo, o princípio da igualdade. Eles mesmos encontram-se numa posição igual, a mesma intenção, a mesma vontade, e igual capacidade de raciocínio. Suspendem-se como sujeitos empíricos, com paixões pessoais.

Aquilo que os une não é o interesse particular, não é impor um modelo que favoreça apenas, ou sobretudo, este ou aquele grupo, o seu grupo, não é utilizar os educandos como um meio, mas como um fim. A sociedade que aprovam, portanto, há de ser uma sociedade em que as pessoas são um fim, e não um meio, em que todos se encontrem nas mesmas condições. Pois que esses indivíduos obedecem apenas à razão, e não aos sentimentos particulares, vão recusando modelos que os grupos de pressão, no exterior desse conclave, exigem, modelos contraditórios, que se opõem entre si, porque os interesses dos grupos opõem-se entre si. Ignoram, por exemplo, o modelo exigido pelas grandes empresas económico-financeiras, industriais ou comerciais; ignoram a força que determinados grupos sociais possuem, ignoram o jogo de forças em presença, no mundo empírico das circunstâncias concretas; ignoram os interesses dos pais dos educandos, porque são interesses não coincidentes, diversos, contraditórios; ignoram os interesses de confissões religiosas, de partidos políticos; ignoram os ditames de potências externas, sobretudo as mais poderosas; ignoram as leis humanas do mercado, convencionais, particulares, e conjunturais; ignoram que a cultura possua apenas este ou aquele conteúdo, direcção e propósito, particulares, convencionais e particulares.

Resolveram por consenso essa posição original, posição dotada de toda a abstracção, porque somente assim é possível a racionalidade. Tenta-se responder à questão fundamental, mas sem utilizar qualquer fundamento apriorístico que não seja o intenção pura, isto é desprovida de condições particulares. Tenta-se responder à interrogação fundamental, que não seja condicionada pelo imperativo da realidade, tanto mais que não sabemos qual seja a realidade unívoca, transparente, absolutamente objectiva.

Nesta hipótese, nesta posição, não de estar de acordo que, por mais difícil que seja, esta mesa redonda, esta equidade, esta suspensão dos juízos particulares, é possível. Basta que queiram, basta que decidam. Não estão dominados, determinados fatalmente. Dispõem desse grau de liberdade. Dirão mesmo que esta é a única liberdade.

A primeira conclusão que tiram é essa: o que parecia impossível, é possível.

A segunda, é de que se sentem e julgam mais livres nessa posição.

A terceira, é de que se sentem e julgam mais aptos para raciocinar sem constrangimentos.

A quarta, é que sentem e julgam iguais entre si.

A quinta, é a convicção, conseqüente, de que estes atributos são desejáveis para todos os indivíduos.

Pois bem, a realidade concreta, empírica, não é esta. Que devem fazer então?

O que devem fazer é necessariamente o que resulta daquilo que fizeram, adoptam, decidiram e conseguiram. Fizeram-nos por dever, dever da razão, dever da consciência. Pois que esse dever seja universal. O que devem transmitir aos outros? O dever de serem livres e o dever de ensinar a liberdade. O dever de serem iguais, e o dever de ensinarem a igualdade. Não a igualdade de sermos todos brancos, ou negros; de sermos todos altos, ou baixos; de sermos todos da mesmas coisas, bens ou valores particulares. Porque foi isso mesmo que esse grupo de indivíduos abstraiu. Não o dever de sermos todos ricos em dinheiro e bens materiais, ou de sermos todos pobres, sem recursos alguns. Mas o dever de não sermos dotados de todos os privilégios, uns, e destituídos de qualquer benefício social, outros. O dever de tornar os pobres menos pobres, retirando da nossa riqueza uma parte substancial. O dever de ensinar isso mesmo, o dever de dar o exemplo. O Princípio que os reuniu foi o da equidade, o princípio que orientou a sua vontade, foi a decisão livre, isto é, a pura liberdade. O princípio que concluíram foi o da justiça, dotar todos outros com as mesmas condições, de modo a que alcançassem as suas finalidades conforme o trabalho de cada um, o mérito. A equidade está no princípio, a diferença está no fim.

Não existe nada mais puro, mais universal, menos particular, menos egoísta, do que essas categorias de equidade, liberdade e justiça. Justiça é dar a cada um o que ele merece, aquilo que realmente é dele porque ele a criou. E não existe nada mais humano, nada mais humanista, nada mais sublime, do que a actividade criadora. Criadora de bens físicos, criadora de valores universais. Porque é que valorizamos, porque é que nos merece o mais elevado respeito, porque é que amamos, o belo, o justo, o verdadeiro, a bondade, a hospitalidade, a preocupação pelos outros, o cuidado pelo ambiente, a compaixão activa pelos que sofrem, aqueles que trabalham e o fazem respeitar, que criam emprego sem exploração do esforço alheio? Porque é que a humanidade, no fundo, aplaude, ergue monumentos, recorda e homenageia, os seus heróis, os seus mártires, os santos, os homens de boa vontade, os pacifistas, os mestres do diálogo racional? Porque é que a humanidade, no fundo, não valoriza, não respeita, e não ensina que a maldade é que é boa, que a violência é que está na nossa natureza, que a vontade de dominação é que é a nossa vocação, que o egoísmo é que é o nosso gene?

Porque a humanidade possui as duas coisas, faz ambas as coisas, mas somente ama a primeira. Porque existem castigos, censuras e penas para as segundas. E existem porque ofendem a natureza humana. Porque ameaçam as sociedades, a sua coesão, a sua sobrevivência. Então porquê?

Se os princípios que orientaram o grupo hipotético, a essa tal posição original, fossem negativamente abstractos, transcendentés à condição humana, desumanos em suma, amá-los-íamos? Amá-los-íamos se nunca os tivéssemos visto em parte alguma, como sucede com as bruxas? Serviriam apenas, tais princípios, para nos iludir, para nos

enganar e para enganarmos os crédulos, as crianças, os analfabetos? Havemos de concluir que não é isso que sucede. Havemos de concluir que esses valores existem, que constituem o resultado de milhares de anos de existência das sociedades humanas, que se observam em determinados indivíduos e em determinadas instituições. Que compõem o corpo de muitas doutrinas – éticas, jurídicas, políticas. Estão mesmo no coração de todas as culturas. Não existe uma única cultura centenária ou milenar, desde o extremo oriente ao extremo ocidente, que não contenha esses princípios.

Pois então são esses princípios que se devem ensinar, cumprir e fazer cumprir. Ensinar para a liberdade, para a equidade, para a justiça distributiva, para o trabalho, para o mérito, para a interiorização e, portanto, para a obediência, a esses princípios universais. Tratar os outros como fins. Não tratar os educandos como meios. Não converter as escolas que ensinam esses valores, em fábricas de autómatos. Se na verdade somos mais livres com um Estado que exprime e protege a liberdade, somos mais livres numa escola que exprime e protege a liberdade, a justiça, a igualdade, a diferença sim, mas pelo mérito, pelo trabalho. Nenhuma reforma é justa se não se guiar pelo valor do trabalho criador. E o trabalho somente é criador, se existir diálogo e participação. Se não se constituir como uma genuína comunidade. A primeira condição é que o professor seja um mestre, aquele que sabe e ensina o que sabe, e aprende com quem ensina, como ensinar e a quem ensinar. A primeira condição é que ele saiba que ele próprio não é um meio, mas um fim. E que o seu educando não é um meio, mas um fim. E que a escola não é um meio, mas um fim. A primeira condição é que a escola seja uma comunidade de mestres, de profissionais, que sabem para que serve a escola, e para que sociedade formam os seus educandos. Se ignorarem para que sociedade é que formam os seus educandos, nenhuma reforma externa lhes fornece sentido algum para a missão que executam.

Daqui concluo:

1º que os valores primeiros são os princípios que citei: liberdade, igualdade, justiça, trabalho criador, paixão pelo conhecimento. São estes, e os seus corolários, que devemos ensinar. O resto são as estratégias, os recursos. As avaliações.

2º que as escolas devem ser comunidades. Comunidades de homens e mulheres, crianças e jovens, informados sobre o mesmo programa, com direito a expectativas não defraudadas, criando o futuro, sabendo que sociedade têm, mas, sobretudo, querendo uma sociedade melhor, sempre melhor, infatigavelmente melhor. Porque na natureza humana não está apenas inscrito o mal, está também inscrito o respeito pelo bem. Não é somente a maldade que organizou e guia as sociedades humanas. É também a universalização da igualdade e da justiça. Não faria sentido algum que um mestre ensinasse para o mal, para a corrupção, para a fraude, para a preguiça, para a discriminação injusta, para o privilégio de apenas alguns, para dividir os seus educandos em dois estratos, em dois estatutos: aqueles que nasceram para obedecer, e aqueles que aprendem a mandar.

Uma escola desvirtuada, é uma escola falida. Uma sociedade desvirtuada, é uma sociedade perdida. U futuro inquietante ou nebuloso, ou perigoso, é uma espécie de terror que ameaça a vida. Pobre de um país que não veja o futuro como uma fonte de esperança. Mas como uma fonte de medo.

Nozes Pires